Educação financeira necessária para tomar decisões sólidas

Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa[†, a]
Paulo Rogério Faustino Matos[‡, b]

[a]Universidade Federal de Pernambuco
[b]Universidade Federal do Ceará

Resumo A educação financeira, desde o início dos anos 2000, se colocou como estratégia nacional sendo alçada como instrumento agregador para a educação de muitos países. O Brasil, começa a partir do ano de 2015 a participar do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) sobre competências e habilidades financeiras, para jovens de 15 anos, como um componente optativo para compor a avaliação, executado pela OCDE. O artigo em questão tem como objetivo respaldar uma discussão com um vasto referencial teórico e a partir de dados expositivos das avaliações do PISA 2015, 2018 e 2022 trazer à luz as discussões acerca dos desafios da educação financeira no país. O Brasil, desde a primeira avaliação em 2015, que ficou em último lugar, e a de 2022, que ficou entre os três últimos lugares, a frente somente da Saudi Arabia e Malaysia, deixa claro que os desafios a serem enfrentados são enormes.

Palavras-chave: Financial education; PISA; Financial literacy.

Códigos JEL: D14, I21, I28.

1. Introdução

A dinâmica da sociedade contemporânea requer cada vez mais conhecimento das pessoas no que tange ao impacto das suas preferências e escolhas no âmbito das finanças pessoais, e o que essas tomadas de decisões vêm contribuir ou não para seu futuro.

Essas decisões por muitas vezes podem ser estimuladas por fatores exógenos ou pela própria busca no aprendizado, conforme constatado por Bruhn et al. (2014). Os autores relatam, a partir de um estudo na cidade do México, que os participantes de um curso gratuito de alfabetização financeira 4 horas, oferecido por uma instituição financeira, demonstraram ser mais estimulados

Como citar: Corrêa, L. F. C. & Matos, P. R. F. (2025). Educação financeira necessária para tomar decisões sólidas. *Revista Brasileira de Finanças, 23*, e202507. https://doi.org/10.12660/rbfin.v23n1.2025.92742
Submetido em 7 de janeiro de 2025. Publicado *on-line* em 31 de abril de 2025.
Editor responsável: Bruno Giovannetti.
[†]lucilena.castanheira@ufpe.br
[‡]paulomatos@caen.ufc.br

© 2025 Sociedade Brasileira de Finanças, under a Creative Commons Attribution 4.0 International license.

a ingressarem num programa dessa magnitude se em troca receberem algum benefício monetário como estímulo para esse aprendizado. E concluem que esse comportamento tem um impacto marginal em suas escolhas financeiras. Andújar Nagore (2022) ressalta, sob uma análise comportamental, que o conhecimento em finanças tende a estimular tanto o bem-estar financeiro individual, como o familiar ao longo da vida.

Nesse sentido, Bruhn et al. (2013) indicam que a educação financeira para a juventude se apresenta como um relevante instrumental, pois verificaram, a partir da literatura sobre o tema, que nessa faixa etária o conhecimento financeiro fica situado em um nível cognitivo muito baixo. Logo, saem em defesa da importância em se estimular esse processo nesse período. Diante dessa perspectiva, é possível afirmar que programas de alfabetização financeira, centrados nos jovens de ensino médio, tendem não só apresentar pontos positivos quanto ao conhecimento, mas também influenciar na conduta de suas escolhas, tanto no presente, como no futuro (Lusardi e Mitchell, 2011).

Seguindo essa trilha, Worthington (2013) identifica um forte movimento, no final dos anos de 2000 na Austrália, visando introduzir a alfabetização financeira em "subgrupos populacionais" entre eles, os jovens.

Mundy (2008) pontua algumas observações sobre a introdução da "alfabetização financeira" em idade escolar, enfatizando sob um olhar marginal, defendendo que mesmo que o resultado seja de "pequenas melhorias" no curto prazo, ao longo do tempo, quando agregados, toda sociedade sentirá transformações positivas nas escolhas intertemporais desses cidadãos.

Em vista disso, a defesa pela introdução da educação financeira no ambiente escolar tem como cerne a importância de promover tomadas de decisões no que se refere à esfera financeira através de uma formação consciente e estruturada. Esse resultado vem devido a compreensão da importância de ações tanto no presente como no futuro (Bruhn et al., 2013).

> Educação financeira é um processo educativo que, por meio de aplicação de métodos próprios, desenvolve atividades para auxiliar os consumidores a orçarem e gerir a sua renda, a poupar e a investir; são informações e formações significativas para que um cidadão exerça uma atividade, trabalho, profissão e lazer, evitando tornarem-se vulneráveis às armadilhas impostas pelo capitalismo (Negri, 2010, p.19).

Silva e Powell (2015) discorreram de um estudo que teve como cerne a implementação de um projeto de "educação financeira" proposto pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), conseguindo

extrair como fator de grande relevância "ações positivas" da população-alvo – jovens de 15 anos - a partir de um maior conhecimento financeiro. É possível resultar em uma atitude que leva a uma autonomia econômica individual, vindo a impactar em uma certa independência de ajuda financeira governamental, demonstrando um outro papel relevante desempenhado nesse progresso.

Nesse sentido, apreende-se que a autonomia econômica dos indivíduos, quando orientadas cada vez mais cedo na sociedade contemporânea, na qual a necessidade de dominarem uma gama de assuntos cada vez mais dinâmicos com o advento da "internet" e, que influenciam nas suas tomadas de decisões, principalmente, no que se refere ao consumo altamente inflados por constantes peças de marketing, a educação financeira vem se apresentar como um "instrumento de conscientização e responsabilidade". Ressalta-se que esse processo de transmissão de conhecimento permite o desenvolvimento de habilidades individuais, que culminam tomadas de decisões fundamentadas e seguras, através do aprimoramento e gerenciamento de suas finanças pessoais (Savoia et al., 2007).

Segundo Kaiser e Menkhoff (2020), indivíduos mais jovens tendem a ter maior capacidade de aprendizagem do que os adultos, assim concordam que, ao inserir essa faixa etária na estrutura disciplinar da "educação financeira", o efeito no conhecimento se mostra mais satisfatório.

Ao agregar o conhecimento financeiro, conclui-se que as preferências intertemporais tendem a sofrer impactos, pois nesse momento a ideia de futuro passa a ter uma maior probabilidade nas decisões individuais. Seguindo sob guisa de conclusão, Meier e Sprenger (2008) apontam que o investimento no capital humano, a partir dos conhecimentos financeiros, tendem a resultar fatores positivos tanto no presente como no futuro. Chiavenato et al. (2023) concluem que mudanças comportamentais, através do conhecimento financeiro, tendem a gerar resultados mais estruturante no longo prazo, ressaltando o amadurecimento dos alunos com o tempo e a aplicabilidade dessas habilidades financeira serem mais reais no cotidiano da vida.

Os benefícios individuais, para Oliveira (2017), orbitam sob a perspectiva que a "educação financeira" traz como resultado a reflexão na tomada de decisão de forma consciente e na condução crítica de cada vivência experimentada pelo cidadão. Menin (2019) discorre sob a ótica do conhecimento financeiro no ambiente acadêmico, levantando variáveis como: decisões de consumo e investimentos. Nesse sentido, o conhecimento financeiro dos entrevistados pelo referido estudo expôs um aumento de 21% no nível de acertos em questões ligadas ao tema e com maior probabilidade de um aproveitamento mais assertivo para alunos em períodos mais avançados no curso.

É importante ressaltar que, no Brasil, "educação financeira" foi introduzida no currículo escolar através do Decreto nº 7.397, de dezembro de 2010, que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)[1], com objetivo específico pela defesa da inclusão social, agregando conhecimento sobre o entendimento das atividades financeiras e suas implicações socioeconômicas (Cordeiro et al., 2018).

Outra observação a ser identificada e corroborada por Bruhn et al. (2022), são os efeitos a longo prazo da "educação financeira", em um estudo realizado no Brasil, com alunos do ensino médio. Esse conhecimento mais amadurecido tende a despertar para o lado do empreendedorismo como forma de um futuro mais independente.

No entanto, na direção diametralmente oposta, é possível identificar que a pouca percepção na estrutura das finanças pessoais tende a gerar comportamento conhecido como a "financeirização do consumo", ou seja, acredita-se, por exemplo, que o cartão de crédito seria um complemento da renda, o que acaba por gerar cada vez mais um "círculo vicioso de endividamento" e o comprometimento do seu bem-estar socioeconômico (Santos, 2014).

É relevante mencionar que o comportamento de consumo da sociedade brasileira está num processo dinâmico de transformações de hábitos. Esse movimento é identificado principalmente desde a abertura comercial vivenciada a partir dos anos 90, em que é possível se deparar com um padrão de consumo de países desenvolvidos. Essa transformação passa em grande parte por uma enorme parcela da população de classe mais baixa que foram estimuladas, ao longo do tempo, a consumir além das suas possibilidades financeiras - por exemplo, cartão de crédito - para se sentir inserida em uma classe mais abastada. Conforme Ferreira (2009), esse movimento foi denominado de "a insustentável leveza do ter".

> O analfabetismo financeiro pode ter grande impacto sobre indivíduos e famílias na gestão diária de seus recursos, minando, por exemplo, sua capacidade de investir em questões chave de longo prazo (como educação superior, financiamento habitacional, aposentadoria), ou, ainda pior, expondo-os a graves problemas econômicos (OCDE (2005, p.76) *apud* Silva e Powell, 2015, p.6).

Orbitando sobre essa problemática, vale ressaltar o estudo de Potrich et al. (2015), o qual apresenta que aproximadamente 67,1% da população alvo

[1] A Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação preside o Grupo de Apoio Pedagógico (GAP) do Comitê, cujas ações resultaram num projeto piloto que, entre 2008 e 2010, levou educação financeira à rede pública de ensino médio nos estados do Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Tocantins e do Distrito Federal.

apresentaram um nível bem sofrível no que se refere a conhecimento financeiro. Sob essa perspectiva, os autores ressaltam a importância de se desenvolver "ações efetivas" que venham atenuar essa adversidade no campo que abrange finanças pessoais, principalmente, centrando esforços em indivíduos do gênero feminino, com dependentes e baixos níveis de escolaridade e renda. Esse processo é corroborado por estudo realizado por Atkinson e Messy (2012), que levantam vácuos na oferta de políticas centradas em "educação financeira" e a importância em serem enfrentadas conforme recomendações sugeridas pela OCDE.

Sob essa perspectiva, é importante pontuar a relevância de introduzir o tema para crianças e jovens em idade escolar[2].

O Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), um teste que tinha como cerne "cultura financeira", realizado pela OCDE no ano de 2015, o Brasil obteve o pior desempenho no estudo divulgado, atrás do Chile (38%) e Peru (48%). E nessa avaliação, identificou-se que somente 2,6% dos brasileiros atingiram a pontuação mais alta do teste. A China liderou o ranking com apenas 9% de estudantes abaixo do nível 1. Esse cenário vem demonstrar a necessidade que os gestores públicos da área da Educação no país centrarem esforços para o enfrentamento no que se refere a esse déficit no conhecimento de "finanças" por parte da população em idade escolar.

Outro cenário, que demonstra que pode ser alcançado como fator de contribuição para essa fragilidade no conhecimento sobre "educação financeira", pode estar relacionado a desigualdade de oportunidades educacional inter-regional. Quando se promove um recorde regional sobre o tema no país no ano de 2017, tendo como público-alvo crianças e jovens em idade escolar, identifica-se que o conteúdo é trabalhado somente em 7% das escolas do Centro-Oeste e 8% na região Nordeste. No lado oposto, constata-se que das atividades em colégios que centram no tema "educação financeira", 33% estão situados na Região Norte – ressalta-se que esse percentual tem a forte contribuição do estado do Tocantins, considerado modelo do ensino de educação financeira –, o Sul do país aparece com 32% e o Sudeste, com 20%, segundo a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF).

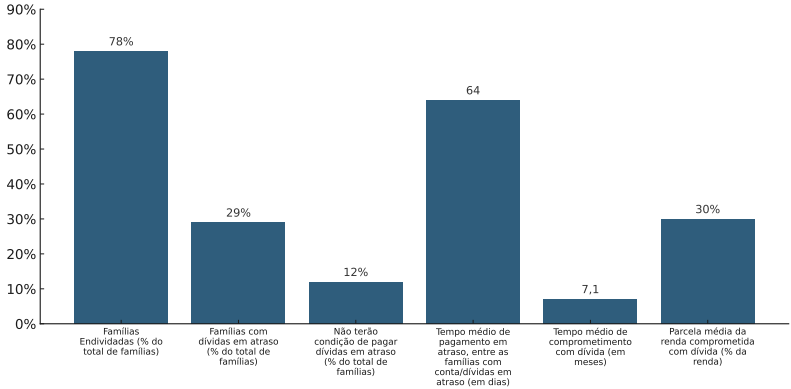
Dessa maneira, uma boa orientação financeira, já no início da idade escolar, vem despontar como um instrumento de grande relevância, tendo como premissa contribuir para gerações futuras mais conscientes sobre suas decisões presentes e seus impactos no futuro.

[2]Educação financeira, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – Ensino Fundamental, promulgada em dezembro de 2017, demonstra grande preocupação em inseri-la no currículo escolar.

2. Um olhar para a educação brasileira sob a perspectiva da educação financeira

Abordar a educação brasileira sob a perspectiva da educação financeira em um país com históricos de vários planos econômicos nacionais, como tentativa de combater o processo inflacionário nos mais diversos períodos da sua história, é um movimento relativamente atual e de extrema importância para uma conscientização social financeira. É importante revelar que no Brasil, no ano de 2021, segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, ao analisar o conhecimento financeiro da população brasileira, identificou-se um baixo nível no que refere-se a conscientização de finanças pessoais. Corroborando essa deficiência, a partir da Figura 1 é possível demonstrar a média do endividamento das famílias entre janeiro e agosto do ano de 2024, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

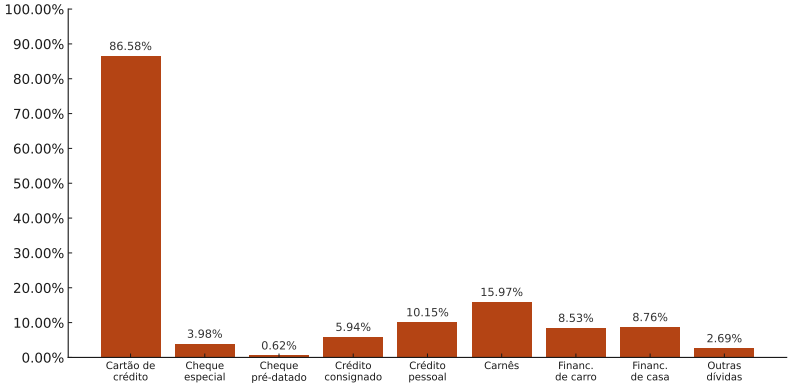
Figura 1
Média do endividamento das famílias – janeiro a agosto/2024



Fonte: PEIC - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC.

Esses dados somados tendem a demonstrar uma fragilidade no planejamento financeiro, sinalizando ser resultante de uma fragilidade na educação sobre finanças e nas informações para tomadas de decisões, em que se depara que a média de 30% da renda das famílias são comprometidas com endividamento. E quanto parte para desagregar esses dados, é possível verificar que o estudo de Ferreira (2009) é corroborado com o mesmo cenário atual da composição do endividamento das famílias brasileiras.

Figura 2
Média da composição das dívidas das famílias – janeiro a agosto/2024



Fonte: PEIC - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC.

Segundo demonstrado na Figura 2, no mesmo período analisado, mais de 85% das famílias estão endividadas com cartão de crédito e, aproximadamente, 50% têm algum tipo de financiamento – ex.: carro, casa própria, crédito pessoal, carnê etc. Logo, é percebível que a população brasileira tende a alocar parcela significativa da sua renda familiar diretamente para o consumo, e o mais grave é que mais de 10% dessas famílias informam que não terão condições de pagar as dívidas em atraso atualmente, ou seja, é o processo do endividamento se retroalimentando.

Ao analisar a composição do comprometimento em endividamento da sociedade brasileira, é importante pontuar que o presente está atrelado ao papel do dinheiro no consumo imediato e no futuro. Pode-se estender um olhar através dos produtos/ativos financeiros disponíveis no mercado. Pelo nível de comprometimento e da composição, fica espelhado uma realidade mais imediatista nesse comportamento das famílias.

Diante dessa perspectiva, é importante ressaltar a importância em expandir a educação financeira, seja pela oportunidade em aumentar o uso de aplicativos financeiros, seja via plataformas digitais. Essa realidade atualmente está em consonância com a mudança de comportamento, no entanto, também há o risco de que a falta de compreensão adequada desses instrumentos possa levar a escolhas financeiras inadequadas.

Entretanto, esse acesso à educação financeira se mostra desigual, pois pessoas de diferentes classes sociais e regiões podem ter acesso não uniforme

a informações e recursos. Programas direcionados e acessíveis são necessários para alcançar uma maior parte da população. Esse cenário reflete a importância crescente da educação financeira no Brasil.

2.1 Educação financeira como pauta relevante para a educação no Brasil

A sinalização da importância de uma população que abrangesse em adicionar o conhecimento financeiro como um dos pilares de uma política pública para alçar uma melhoria perene na sua condição social, começa a germinar no Brasil a partir do início dos anos 2000. Nesse momento, toda a sociedade brasileira estava vivenciando um "boom" econômico via facilidade de crédito para consumo. E o Decreto nº 7.397 de 22 de dezembro 2010[3] foi a implementação dessa política pública como forma de se concretizar essa oferta em nível nacional.

> Desde o início dos anos 2000, a inclusão financeira passou a ser vista por organismos internacionais e governos como uma frente de combate à pobreza, culminando com o lançamento, em 2010, dos Princípios para Inclusão Financeira Inovadora do Grupo dos 20 (G20). No entanto, a percepção de que a educação financeira da população é importante para a inclusão social começou a ser disseminada anos antes, pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A partir de 2003, esse órgão desenvolveu ativamente conteúdos e recomendações para a adoção de estratégias de educação financeira pelos países. No Brasil, o tema começou a ganhar corpo na agenda governamental em 2007 e tornou-se uma política pública de caráter permanente em dezembro de 2010 (Ribeiro, 2020, p.486).

Sob essa discussão, é relevante pautar que a inclusão social transita na complexidade vivenciada por cada indivíduo, e, diante dessa realidade, é

[3] Este documento foi preparado pelo Departamento de Educação Financeira do Banco Central do Brasil, com a contribuição dos membros do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), com o objetivo de oferecer um guia sobre a Estratégia Nacional de Educação Financeira. (ENEF). Para manter a consistência, este relatório seguiu os principais tópicos sugeridos pelo documento *OECD/INFE High Level Principles on National Strategies for Financial Education*, que foi aprovado pelos líderes do G20 em Los Cabos em 20122: (I) Definição, Escopo e Propósito; (II) Preparação; (III) Mecanismos de Governança e Papel dos *Stakeholders*; (IV) Guia; (V) Implementação; e (VI) Informações Adicionais. Este texto usa como referências outros documentos relacionados à ENEF, como Decretos, Deliberações, Portarias, o Plano Diretor do ENEF e seus anexos, e outros. A fonte é indicada quando disponível. Aproveitamos para agradecer as contribuições de todos os *stakeholders* envolvidos na criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF, 2010, pgs. 12 e 14).

http!

Tabela 1
Planejamento para instituir o Plano de Educação Financeira no Brasil

O COREMEC constituiu um grupo de trabalho em 2007 (denominado "Grupo de Trabalho do COREMEC"). Esse grupo propôs, em 2009, um rascunho da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).	COREMEC reúne os quatro reguladores do Sistema Financeiro Nacional: - Banco Central do Brasil (BCB) - Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) - Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) são grandes *stakeholders* do cenário nacional da educação financeira.
Decreto nº 7.397 de 22 de dezembro 2010	institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) uma política de Estado de caráter permanente, que tem como objetivo "promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores"
Art. 4º, inciso II, Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010 –	é instituído pelo ENEF, o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), para "estabelecer metas de planejamento, financiamento, execução, avaliação e revisão da ENEF" CONEF é constituído pelos membros: - um Diretor do Banco Central do Brasil - o Presidente da CVM - o Diretor-Superintendente da PREVIC - o Superintendente da SUSEP - o Secretário-Executivo do MF - o Secretário-Executivo do MEC - o Secretário-Executivo do MJ - o Secretário-Executivo do MPAS - Quatro representantes da sociedade civil: ANBIMA[4], BM&FBOVESPA[5], FEBRABAN[6] e CNSEG[7]
Deliberação do CONEF nº 6, de 18 de abril de 2012	CONEF institui o CAF e suas regras de funcionamento. CAF é formado por cinco membros efetivos apontados pelo Banco Central, CVM, PREVIC, SUSEP, os quatro reguladores e o Ministério da Fazenda
Decreto Presidencial nº 7.693, de 15 de março de 2013	estabeleceu o Plano Nacional de Consumo e Cidadania (PLANDEC). A inclusão financeira é tratada na Parceria Nacional para Inclusão Financeira (PNIF), que representa um compromisso de alto nível com a promoção de inclusão financeira adequada no Brasil.

Fonte: Banco Central do Brasil.

possível identificar que o "exercício de cidadania" realizada por uma sociedade também envolve a questão financeira em um nível multidimensional, tais como trabalho, saúde, educação, lazer, entre outras (de Moraes e Freitas, 2021, p.3).

No campo educacional, Duckworth et al. (2012) defendem que a busca

pelo autocontrole entre os jovens tende a trazer mais resultados positivos socioeconômicos sem precisar levar em conta sua capacidade intelectual. Diante dessa conclusão, Bruhn et al. (2013, p.45) argumentam que a educação financeira se apresenta como um instrumento "valioso para o aprendizado acadêmico regular na escola".

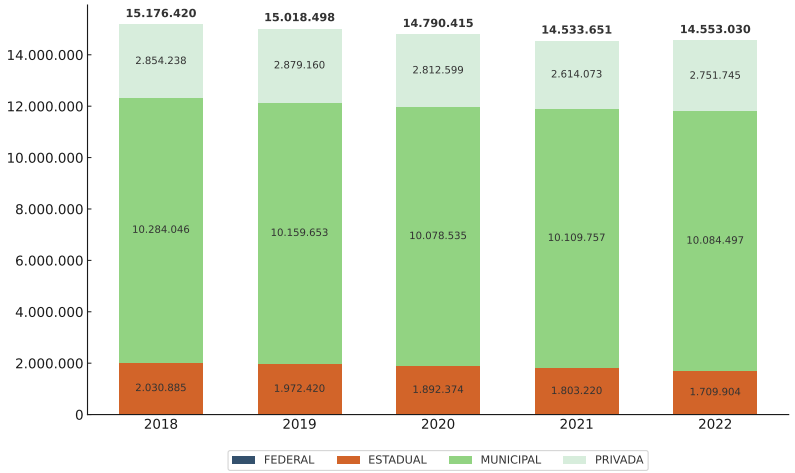
Portanto, nesse sentido, o autocontrole leva a autoconfiança, assim, é perceptível que esse processo é influenciado diretamente pelo nível de conhecimento financeiro. Diante dessa perspectiva, esse aprendizado no campo financeiro deve ser trabalhado tanto na educação escolar como em treinamentos financeiros eficazes (Ramalho e Forte, 2019).

Nesse sentido, a implementação da "educação financeira" nas escolas do país teve como planejamento ser inserida nos dois níveis escolares: no ensino fundamental e no ensino médio. No ensino fundamental, foi projetado inserir metodologias e atividades que sejam um espelho desse currículo. Para tanto, é necessário a existência de uma forte correlação entre instrução, trabalho e práticas sociais, como previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, segundo mencionado no relatório sobre a Estratégia Nacional de Educação Financeira para o país, tais como: do primeiro ao quarto ano, foram adotados projetos temáticos; para o quinto e sexto, histórias estruturadas com atividades práticas em contextos cotidianos; e, para os últimos anos, a capacidade autônoma dos estudantes é encorajada com atividades lúdicas envolvendo negociação e cooperação. Conforme o Censo Escolar 2022, é possível discorrer de uma radiografia da estrutura da educação no Brasil.

A educação básica abrange 122,5 mil instituições, correspondendo a 67% do total de escolas nesse nível, e oferece alguma etapa do ensino fundamental. Dessas, 105,4 mil instituições atendem aos anos iniciais. Existe uma proporção de quase duas escolas dedicadas aos anos iniciais para cada uma voltada aos anos finais, sendo 61,8 mil escolas que oferecem essa etapa final do ensino fundamental. Com 10,1 milhões de estudantes, a rede municipal representa 69,3% do total de matrículas nos anos iniciais e abriga 85,5% dos alunos da rede pública. Nos anos iniciais, 18,9% dos estudantes estão matriculados em instituições privadas, conforme indica a Figura 3, evidenciando um aumento de 5,3% entre 2021 e 2022. Além disso, 99,7% da população com idades entre 6 e 14 anos está frequentando a escola. Contudo, no período de 2018 a 2022, observou-se uma diminuição de aproximadamente 4% no número de alunos matriculados nessa faixa etária.

A Figura 4 revela que a rede estadual representa 39,9% do total de matrículas nos anos finais do ensino fundamental. Além disso, os municípios abrangem 5,3 milhões de alunos, correspondendo a 44,4% das matrículas

Figura 3
Evolução das matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental por dependência administrativa – Brasil 2018-2022



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) - Censo Escolar 2018-2022.

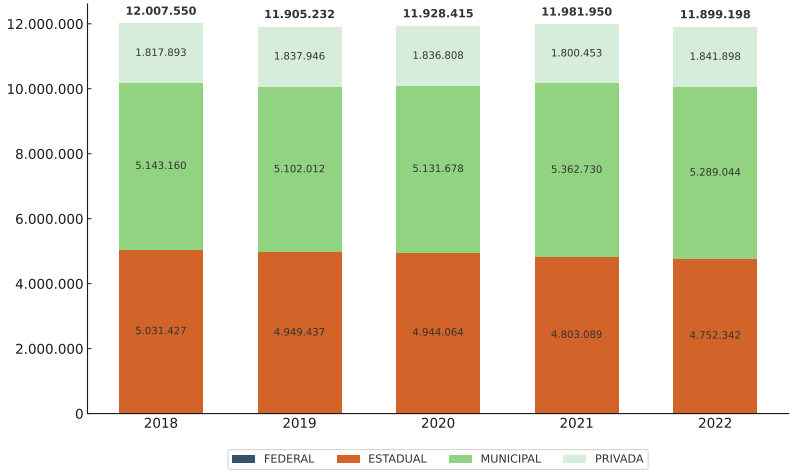
no setor público. Nas instituições privadas, a participação nos anos finais do ensino fundamental é de 15,5% dessa população. É fundamental notar que 11,9 milhões de estudantes que cursam os anos finais do ensino fundamental estão, em sua maioria, 99,8%, registrados no turno diurno. O ensino fundamental compõe a maior parte do ensino básico, contando com cerca de 26,5 milhões de alunos. Contudo, ao se observar a evolução entre 2018 e 2022, nota-se uma ligeira queda de menos de 1% nas matrículas.

Para o ensino médio, ENEF (2010, p.12) propôs um

> modelo pedagógico que foi desenhado para oferecer aos jovens informações e diretrizes que contribuam (i) para construir um pensamento financeiro sólido, e (ii) desenvolver comportamentos autônomos e saudáveis, permitindo que eles sejam os protagonistas de sua própria história, com total capacidade de decidir e planejar para o que eles querem para si mesmos, suas famílias e os grupos sociais aos quais pertencem.

Conforme a Figura 5, a configuração do ensino médio no Brasil, em 2022, abrange 92,2% da faixa etária de 15 a 17 anos. Foi registrado um total de 7,9

Figura 4
Evolução das matrículas nos anos finais do ensino fundamental por dependência administrativa – Brasil 2018-2022



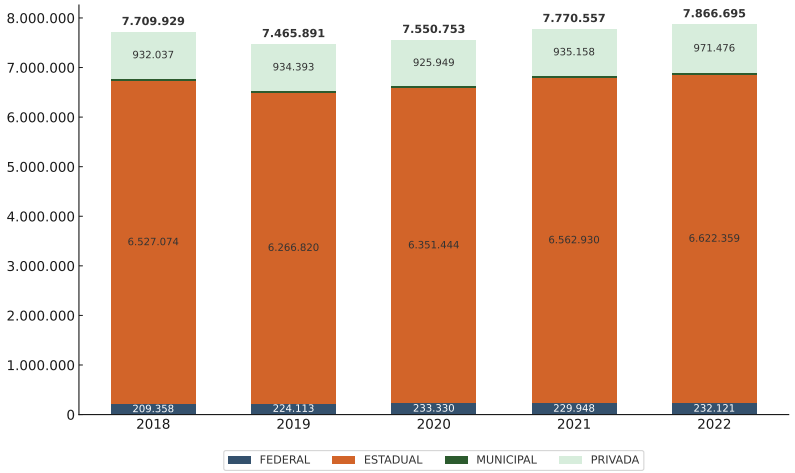
Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) - Censo Escolar 2018-2022.

milhões de matrículas, o que representa um crescimento de 1,9% em relação a 2021. Observa-se que 81,9% desses estudantes estão matriculados no turno diurno, enquanto 18,1% frequentam aulas à noite. A maioria, cerca de 94,8%, estuda em instituições urbanas. A rede privada representa aproximadamente 12,3% das matrículas, somando cerca de 971,5 mil alunos. Já na rede pública estadual, há 6,6 milhões de alunos, o que corresponde a 84,2% do total de matrículas. A rede federal, por sua vez, conta com 3% do total, o que equivale a 232 mil alunos matriculados no ensino médio.

Diante dessa perspectiva, Silva e Powell (2015) procedem de uma investigação com a intenção de examinar a introdução da "educação financeira" no currículo da disciplina de Matemática nas escolas públicas do Brasil, para estudantes da "educação básica", a partir da proposta encabeçada pela OCDE[8] aos países membros e não membros (caso do Brasil). É de extrema relevância

[8] "Em 2011, a Rede Internacional sobre Educação Financeira da OCDE publicou uma versão final do documento intitulado Guidelines on Financial Education at School and Guidance on Learning Framework com base no relatório preliminar elaborado em 2008 (Mundy, 2008). O relatório foi considerado um complemento àquele publicado em 2005, denominado Recomendações sobre Princípios e Boas Práticas de Educação Financeira e Consciência (OCDE, 2005b)" (Silva e Powell, 2015, p.13).

Figura 5
Evolução das matrículas no ensino médio por dependência administrativa – Brasil 2018-2022



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – Censo Escolar 2018-2022.

ressaltar a importância em se estender essa proposta também para os profissionais da educação (professores) que serão os geradores do transbordamento do conhecimento na área de finanças. Sob essa perspectiva, Sá (2012), já discutia a importância da introdução de metodologias, que, correlacionadas diretamente ou indiretamente com a área de Matemática Financeira na grade de Licenciatura em Matemática, tende a trazer resultados assertivos para a educação básica nacional.

Na outra ponta, Bruhn et al. (2013) discorreram sobre um estudo experimental no ensino médio brasileiro, o qual teve como público-alvo 868 escolas públicas de ensino médio em seis estados brasileiros e abrangendo cerca de 20.000 alunos. A pesquisa também se estendeu para treinamento e professores, além de instrumentos de aprendizagem na área disponibilizados via web e manuais do instrutor. Foi um estudo que teve uma duração de 17 meses e foi abordado sob uma característica multidisciplinar – integrando as disciplinas de Matemática, Ciências, História e Português. Os autores concluíram que: i) a educação financeira nas escolas tende a conter falhas nas escolhas intertemporais desses jovens; ii) além de levantar alertas nas decisões de consumo ao longo do tempo; iii) a integração entre setores financeiros e privado com o sistema público de ensino tende a trazer benefícios de transbordamento para

uma política pública de nível nacional; e iv) a participação da família ao longo desse aprendizado se mostra uma variável de grande importância.

Bruhn et al. (2016) pesquisaram o impacto da educação financeira no ensino médio, a partir de evidências de uma avaliação em larga escala para o Brasil, e, em guisa de conclusão, constataram que o programa proporcionou um aprimoramento de um quarto do desvio padrão no conhecimento financeiro dos estudantes, resultando em um incremento de 1,4 ponto percentual na poupança para aquisições e uma maior participação dos alunos nas decisões em casa. Além disso, a pesquisa encontrou indícios de que o programa influenciou as preferências e atitudes dos estudantes ao longo do tempo.

Quintanilha et al. (2019), ao realizarem um estudo com os estudantes do 3º ano de Ensino Médio de uma escola estadual em São João de Meriti / RJ sobre situações na realidade cotidiana deles a respeito de finanças pessoais, concluíram que a alfabetização financeira impactou de forma positiva nas decisões comportamentais desses jovens indivíduos no que se refere a um consumo "consciente".

Bruhn et al. (2022), a partir de um estudo de longo prazo em 892 escolas públicas de ensino médio em seis estados brasileiros, identificaram que esses alunos que tiveram acesso à educação financeira mostraram um comportamento que os levam a não tomarem crédito em produtos financeiros cujo juros se mostraram mais elevados. Esse mesmo grupo apresenta um nível muito baixo de atraso em compromissos financeiros assumidos, além de mostrar grande interesse em se tornar microempreendedor individual, em uma relação diametralmente oposta, de procurar um emprego formal.

Chiavenato et al. (2023) discorrem a partir de um estudo sobre os efeitos da alfabetização financeira escolar baseado num ensaio clínico randomizado controlado em larga escala para o estado de Goiás, abrangendo 192 escolas públicas híbridas (que oferecem ensino fundamental e médio) no ano de 2021. Propuseram-se a analisar tanto o aproveitamento no nível acadêmico, bem como o estímulo dos alunos por esse aprendizado através de um software denominado *Aprendendo a Lidar com Dinheiro* (ALD)[9]. A avaliação do programa revelou que foram observados impactos positivos nas habilidades matemáticas específicas que ele aborda, além de uma maior valorização da matemática. Por outro lado, não se notou um efeito evidente nos comportamentos financeiros reportados, nem nos resultados educacionais subsequentes. O aspecto mais

[9] "foi idealizado pelo Instituto BEI e oferece um curso de educação financeira integrado ao currículo de matemática, juntamente com material de apoio, voltado para alunos do 9º ano. Apoia-se em uma abordagem de aprendizagem baseada em projetos (ABP) e, para isso, envolve também a formação pedagógica de professores e coordenadores escolares sobre metodologias ativas de aprendizagem" (Chiavenato et al., 2023, p.9).

significativo foi a identificação de efeitos negativos do programa em relação aos níveis não cognitivos.

Dorea et al. (2018) fazem um mapeamento bibliográfico e verificam que o conhecimento financeiro no Brasil é considerado sofrível, embora as pessoas possuam a sensação de que dominam conhecimento financeiro e, assim, esse fato é um importante instrumento para lidar com as "finanças pessoais". No entanto, o estudo identificou que apenas 35% da população estudada é financeiramente alfabetizada.

Diante dessa perspectiva, emerge o surgimento de críticas de uma corrente do pensamento econômico, principalmente, no que se refere na forma como a educação financeira está sendo direcionada no ensino escolar, seja no ensino fundamental ou no ensino médio. Em síntese, é fundamental que as políticas de educação financeira considerem a realidade incerta e desigual em que as escolhas financeiras são feitas, não devendo se limitar apenas à capacitação dos indivíduos (Pereira et al., 2023).

Essa complexidade, na educação financeira escolar, tem como tema o estudo de Muniz Jr. (2024) que procura ilustrar as conexões entre o letramento matemático e literacia financeira nesse processo. Pois é defendido o papel social da escola no desenvolvimento do intelecto e de cidadania em ambientes escolares. Assim, corrobora que, principalmente em contextos de educação financeira voltadas para escolas, é fundamental integrar a prática pedagógica em ambiente escolar com assuntos financeiros, tais como: poupança, investimentos, gestão de risco e intercâmbios temporais. Essas ações têm que ter como objetivo central desenvolver cidadãos críticos e engajados na sociedade.

> Em 2002, a OCDE iniciou um projeto de educação financeira de longo alcance para abordar a preocupação emergente dos governos sobre as consequências potenciais de baixos níveis de alfabetização financeira. Este projeto é atendido pelo Comitê de Mercados Financeiros (CMF) da OCDE e pelo Comitê de Seguros e Pensões Privadas (IPPC) em coordenação com outros órgãos relevantes, incluindo o Comitê de Política Educacional. O projeto adota uma abordagem holística das questões do consumidor financeiro que destaca, juntamente com a melhoria do acesso financeiro, proteção adequada ao consumidor e estruturas regulatórias. A educação financeira tem um papel complementar a desempenhar na promoção do resultado da alfabetização financeira (OCDE, 2013, p.141 – tradução livre).

Dessa forma, na busca em tentar compreender questões e decisões finan-

ceiras, a OCDE procura avaliar jovens de 15 anos[10], através do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA[11] (avaliação trienal), sobre sua capacidade conceitual e habilidade no que tange o letramento financeiro em situações da vida real junto aos países membros e não membros (países parceiros na avaliação do PISA).

2.2 Letramento financeiro segundo PISA

O PISA, em que se refere a educação financeira (EF), foi aplicado no Brasil nos últimos três anos: 2015[12], 2018 e 2022. Embora a avaliação seja trienal, devido a pandemia da COVID-19, deflagrada no início do ano de 2020, os questionários avaliativos só foram aplicados no ano de 2022. Vale ressaltar que o Brasil[13]é objeto de análise desse estudo, que será concentrado o período de 2015, 2018 e 2022 e especificamente na avaliação de conhecimentos e habilidades financeiras. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a população apta a participar das avaliações do Pisa foram:

2015. 23.141 alunos, representando 2.425.961 alunos – 77,7% são alunos da rede pública estadual de ensino médio, (73,8%) localizada em área urbana (95,4%) e no interior (76,7%)

2018. 10.691 alunos, representando 2.036.860 alunos – 68,3% são alunos de escola pública estadual, localizada em área urbana (95,1%) e no interior (77,3%).

2022. 10.798 alunos, representando 2.290.291 alunos - 73,1% são alunos da

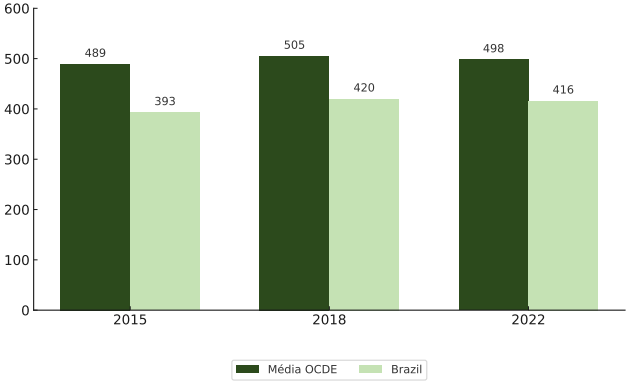
[10]Estudantes entre 15 anos e 3 meses (completos) e 16 anos e 2 meses (completos) de idade no início do período de aplicação da avaliação, matriculados em instituições educacionais localizadas no país participante, a partir do 7º ano do Ensino Fundamental (OCDE, 2017).

[11]Programme for International Student Assessment (PISA)

[12]"[...], 7 dos 15 países e economias que participaram na avaliação da "literacia financeira" do PISA 2015 – Austrália, Brasil, Canadá, Países Baixos, Federação Russa (doravante "Rússia"), Espanha e Estados Unidos – desenvolveram um modelo nacional estratégico de educação financeira dirigida especificamente aos jovens entre seus públicos-alvo. A maioria dos países e economias participantes – Austrália, Comunidade Flamenga da Bélgica, Brasil Canadá, China, Itália, Lituânia, Países Baixos, Peru, Rússia, República Eslovaca, Espanha e Estados Unidos – começaram a introduzir tópicos financeiros no currículo ou desenvolveram programas piloto de educação financeira nas escolas" (OCDE, 2017, tradução livre).

[13]O Inep é a entidade encarregada de planejar e executar as avaliações no Brasil. Isso inclui representar o país perante a OCDE, gerenciar a tradução dos instrumentos de avaliação, supervisionar a aplicação desses instrumentos nas escolas selecionadas, coletar as respostas dos participantes, organizar a codificação dessas respostas, analisar os resultados e redigir o relatório nacional. Disponível em: https://www.gov.br/inep

Figura 6
Brasil e OCDE - Desempenho Médio em Relação ao Letramento Financeiro 2015, 2018 e 2022**



Nota. **: Participação baixo desempenho Nível 1 ou abaixo (porém, para efeito de comparação, será considerado abaixo do Nível 2).
Fonte: OCDE – Relatórios de Resultados 2015, 2018 e 2022.

rede pública estadual, localizada em área urbana (96,5%) e no interior (76,4%).

É importante destacar que o PISA classifica os níveis de desempenho ao conhecimento e noções financeiras de maneira crescente, ou seja, quanto menor o Nível, mais frágil o conhecimento financeiro desses estudantes, conforme a Tabela 2.

Dessa forma, ao esclarecer os níveis em que são classificados os estudantes, a partir da avaliação do PISA, nesse instante é possível, de acordo com as avaliações do triênio de 2015, 2018 e 2022, discorrer sobre uma análise mais descritiva do desempenho do Brasil junto a essa Organização.

Ao analisar a Figura 6, constata-se que o Brasil apresentou a menor média tanto entre essas economias quanto a média da OCDE no que se refere a alfabetização financeira. O Brasil alcançou uma média de 416 pontos na análise de educação financeira, o que representa uma diferença de 82 pontos em relação à média da OCDE, que foi de 498, no ano de 2022. No cenário internacional, ocupou a terceira pior posição, superando somente a Malásia e a Arábia Saudita. Por outro lado, a região de Flandres destacou-se com a melhor pontuação, atingindo 527 pontos, seguida pela Dinamarca com 521 e oito províncias do Canadá que foram avaliadas. A partir desses dados, pode-se também extrair que o Brasil, em média no triênio analisado, apresentou um

Tabela 2
Escala de classificação dos níveis de desempenho sobre conhecimento e noções financeiras – PISA

Nível 1: Maior ou igual a 326 e menor que 400 pontos	Os alunos podem identificar produtos e termos financeiros comuns, reconhecer a diferença entre necessidades e desejos e tomar decisões simples sobre os gastos diários em contextos que provavelmente encontraram pessoalmente. Por exemplo, os alunos com desempenho abaixo do Nível 2 em alfabetização financeira podem, na melhor das hipóteses, responder a uma pergunta como FATURA, em que se pede que eles reconheçam a finalidade dos documentos financeiros do dia a dia, como uma fatura. E aplicar operações numéricas simples e básicas (adição, subtração ou multiplicação) em contextos financeiros que eles provavelmente já experimentaram pessoalmente.
Nível 2: Maior ou igual a 400 e menor que 475 pontos, Linha de Base	Os estudantes iniciam a utilização de seus saberes sobre produtos financeiros habituais, assim como termos e conceitos financeiros frequentemente utilizados. Têm a capacidade de empregar as informações disponíveis para tomar decisões financeiras que são diretamente aplicáveis às suas realidades. Conseguem perceber a importância de um orçamento simples e interpretar aspectos relevantes dos documentos financeiros do dia a dia. Além disso, conseguem realizar operações numéricas básicas, como a divisão, para resolver questões relacionadas às finanças. Eles demonstram um entendimento das interações entre diferentes componentes financeiros, como a quantidade de uso e os custos associados.
Nível 3: Maior ou igual a 475 e menor que 550 pontos	Os estudantes têm a oportunidade de colocar em prática sua compreensão sobre conceitos, terminologias e produtos financeiros que são frequentemente utilizados em situações que têm relevância para eles. Eles começam a refletir sobre as implicações de suas decisões financeiras e são capazes de elaborar planos financeiros simples em contextos familiares. Ademais, conseguem realizar interpretações diretas de diversos documentos financeiros e aplicar uma variedade de operações matemáticas básicas, incluindo o cálculo de porcentagens. Eles têm a habilidade de escolher as operações numéricas necessárias para solucionar problemas cotidianos em contextos de alfabetização financeira que são relativamente comuns, como os relacionados a cálculos orçamentários
Nível 4: Maior ou igual a 550 e menor que 625	Os estudantes têm a capacidade de aplicar seu conhecimento sobre conceitos e itens financeiros menos frequentes em situações que se tornarão importantes para eles ao atingirem a vida adulta, como a administração de contas bancárias e a aplicação de juros compostos em produtos de poupança. Eles são capazes de interpretar e avaliar uma variedade de documentos financeiros detalhados, incluindo extratos bancários e demonstrações financeiras, além de explicar as funções de produtos financeiros que não são amplamente utilizados. Esses alunos também podem tomar decisões financeiras considerando as consequências a longo prazo, como entender as implicações globais relacionadas ao custo de pagar um empréstimo por um período maior, além de resolver problemas cotidianos em cenários financeiros menos comuns
Nível 5: Igual ou superior a 625 pontos	Esses alunos podem analisar produtos financeiros complexos, resolver problemas financeiros não rotineiros e mostrar uma compreensão do cenário financeiro mais amplo. Por exemplo, os alunos com desempenho no Nível 5 são capazes de responder a uma pergunta como a que se pede que eles identifiquem e respondam adequadamente a uma mensagem de e-mail fraudulenta financeira.

Fonte: Pisa 2022 Results – Tradução Livre.

desempenho 18,23% menor que a média desse mesmo período em relação a OCDE.

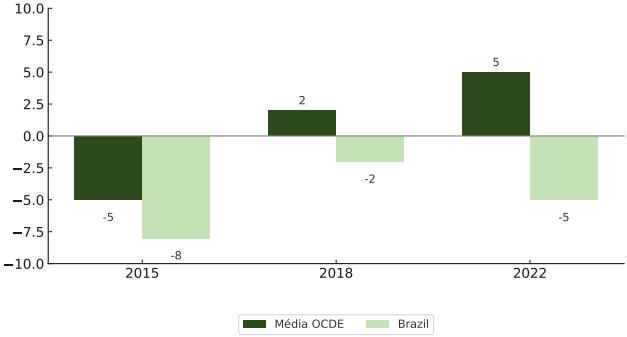
Tabela 3
Nível de desempenho Brasil e países e economias da OCDE – 2015, 2018 e 2022 (%)

	2015	2018	2022
	Abaixo ou igual ao Nível 1		
Média OCDE	24,8	14,7	17,9
Brasil	53,4	43,6	45,1
	Nível 2		
Média OCDE	23,6	22,5	22,5
Brasil	22,2	27,7	26,7
	Nível 3		
Média OCDE	25,4	29,7	27,6
Brasil	14,8	18,8	18,1
	Nível 4		
Média OCDE	17,3	22,6	21,4
Brasil	7,1	8,0	8,0
	Nível 5		
Média OCDE	9,0	10,5	10,6
Brasil	2,6	1,9	2,1

Nota. **: Participação baixo desempenho Nível 1 ou abaixo (porém, para efeito de comparação, será considerado abaixo do Nível 2). Fonte: Banco Central do Brasil.
Fonte: OCDE – Relatórios de Resultados 2015, 2018 e 2022.

O que se pode extrair de positivo, nos números apresentados na Tabela 3, é no que se refere a redução de aproximadamente 14,9% entre os anos de 2015 e 2022, de alunos que não conseguiram atingir o nível básico, no que diz respeito a conhecimento e habilidades na esfera financeira. Ressalta-se que essa redução foi menor do que a média para a OCDE, em torno de 18,6% para o mesmo período. No ano de 2018, os resultados mostram que o Brasil está entre os países com maior porcentagem de estudantes abaixo do nível 1 e no nível 1: 43% dos estudantes brasileiros avaliados estão nesses níveis. A média da OCDE foi de aproximadamente 15%. E o mais preocupante é que esse cenário não apresenta melhora, ou seja, identifica-se que, no ano de 2022, 45,1% desses alunos não foram capazes de reconhecer e identificar a finalidade de um documento financeiro do dia a dia, como uma fatura. Enquanto, para esse mesmo período, somente 2% dos estudantes brasileiros avaliados, conseguiram atingir o nível 5, se comparar com os quase 11% da média da OCDE, no ano 2022. Em 2018, 56,4% dos estudantes brasileiros estavam nos níveis 2, 3, 4 e 5. Em 2022, esse número regrediu para 54,9%. A trajetória de alunos que

Figura 7
Pontuação da diferença (meninos – meninas) referente a desempenho "somente" para Conhecimento Financeiro segundo Gênero – 2015, 2018 e 2022



Fonte: OCDE – Relatórios de Resultados 2015, 2018 e 2022.

conseguiram atingir o nível 5 no Brasil apresentou a mesma inclinação, um declive em torno de 30% entre o ano de 2015 e 2022, enquanto a média geral da OCDE -12%.

Segundo relatório de resultados da OCDE, no Brasil, no ano 2022, os alunos que apresentaram desempenho nos níveis 4 ou 5 em alfabetização financeira tinham, ao menos, quatro vezes mais chance de informar que pouparam em uma conta bancária ou em casa nos 12 meses que antecederam a pesquisa, considerando as características dos estudantes, a posse de conta bancária e as suas atitudes em relação à economia (OCDE, 2024). Esses mesmos estudantes tiveram cerca de duas vezes mais probabilidade de relatar que comparam preços em lojas diferentes do que aqueles que obtiveram pontuação no nível 1 ou inferior e esses mesmos alunos tinham 47% menos chances de relatar que adquiriram um item simplesmente porque seus amigos também o possuíam, em comparação com aqueles que pontuaram no nível 1 ou inferior.

De acordo com os dados relatados no parágrafo acima, fica evidenciado a importância em se promover o letramento financeiro nas escolas, pois esse fato, por si só, pode desde cedo formar cidadãos mais conscientes nas questões financeiras individuais.

No Brasil, a disparidade média no desempenho em educação financeira entre meninos e meninas, a partir do demonstrado na Figura 7, percebe-se que as meninas no Brasil, nos anos analisados, tiveram um desempenho melhor que os meninos, cenário um tanto diferente da média encontrados para os países e economias da OCDE. Esses números nos mostram que o gênero masculino

Tabela 4
Média de pontuação por estratificação socioeconômica dos alunos avaliados para competência e habilidades financeiras 2015, 2018 e 2022

	Quartil Inferior	2º Quartil	3º Quartil	Quartil Superior
		2015		
Média OCDE	447	478	501	536
Brasil	364	382	394	441
		2018		
Média OCDE	467	495	515	544
Brasil	381	402	427	478
		2022		
Média OCDE	462	492	519	549
Brasil	380	404	415	466

Fonte: OCDE – Relatórios de Resultados 2015, 2018 e 2022.

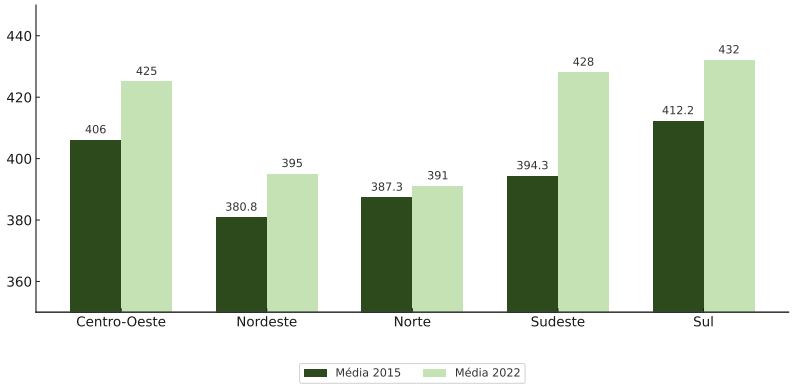
na média registrou um melhor desempenho para essas regiões. Ao desagregar os dados por gênero e por regiões do Brasil, esse desempenho das meninas apresentam o mesmo comportamento, ou seja, o gênero feminino tem a melhor média inter-regional.

Ao analisar o desempenho do Brasil sob as lentes da estratificação socioeconômica, verifica-se que os estudantes beneficiados alcançaram, em média no triênio, 89,67 pontos a mais em alfabetização financeira em relação aos estudantes não favorecidos, enquanto essa média geral para os países e economias da OCDE ficou em 84,33 pontos. Outro aspecto importante, a ser analisado, é que aproximadamente 10,53% na média total da variação no desempenho dos alunos em alfabetização financeira no Brasil é relacionada ao seu status socioeconômico, enquanto esse percentual é de 10,70% na média total dos países e economias da OCDE, considerando os anos de 2015, 2018 e 2022.

Segundo dados expostos na Figura 8, a região Sul é que apresenta a maior média total (422), seguidas das regiões Centro-Oeste (414,5) e Sudeste (394,3). E, na posição diametralmente oposta, estão as regiões Norte (389,15) e Nordeste (387,9). Se partir para comparação, o ano de 2015, em que o Brasil ficou em última colocação em relação aos países avaliados (393), é passível se deparar que nesse ano as regiões Nordeste e Norte foram as que ficaram abaixo dessa média, e a região Sul, considerando a margem de erro, ficou numa situação igual ao registrado para o país. No entanto, se comprar a evolução do crescimento de cada região, a Sudeste foi que apresentou maior valor, 8,55% entre esses dois períodos.

Diante desse contexto, é possível observar que o PISA oferece métricas que possibilitam uma avaliação precisa do estado da educação financeira.

Figura 8
Média da pontuação referente ao conhecimento dos alunos por região do Brasil em letramento financeiro 2015 e 2022



Fonte: OCDE – Relatórios de Resultados 2015 e 2022.

Observa-se que o desempenho geral na área de finanças dos jovens brasileiros ainda está muito frágil frente a comparação com países da OCDE.

2.2.1 A alfabetização financeira é importante para os jovens brasileiros?

Segundo PISA 2022 Results (Volume IV) Factsheets sobre o Brasil, procurou captar sobre o nível de conhecimento financeiro (por exemplo, poupança, investimento etc.) e concluiu que, no ano de 2018, 89,8% dos estudantes procuravam informações com seus pais ou algum parente próximo, 80,6% na internet e 46,2% com os professores. Essa média para os países e economias da OCDE foi de 94,4%, 76,6% e 50,2% respectivamente. Em relação a discussão sobre como as decisões financeiras são definidas após conversar com seus pais (por exemplo, compras on-line, poupança etc.), no ano de 2022, foi da ordem de 76% no Brasil. Vale ressaltar que esta média foi da mesma magnitude para os membros da OCDE. Uma questão significativa destacada pela pesquisa é que ficou bem claro que a maior parte dos alunos ainda não consulta os professores para obter informações sobre questões financeiras. Esse cenário revela uma grande oportunidade para expandir os programas de educação financeira nas instituições de ensino do Brasil e, com isso, mais jovens serem incluídos nas questões das suas próprias finanças.

Cerca de 32% dos estudantes de 15 anos no Brasil relataram possuir

uma conta em um banco[14], sociedade de crédito, correios ou cooperativa de crédito (em comparação com 63%, em média, nos países e economias da OCDE) – ver OCDE (2024). No Brasil, esse número foi significativamente maior do que o percentual de estudantes que relataram possuir tal conta na pesquisa de 2018, 18%. É interessante observar a correlação entre informação e desempenho na avaliação no ano de 2022. Os alunos que se manifestaram ter uma razoável rotina de tirar alguma dúvida em questões financeiras obtiveram um desempenho da ordem de 23 pontos acima dos alunos que relatam não discutir essa questão no seu dia a dia. Esse diferença de desempenho para membros da OCDE foi de 12 pontos em média.

Ainda segundo OCDE (2024), cerca de 51% dos estudantes avaliados no Brasil no ano de 2022 demonstraram interesses em relação a questões financeiras. Aproximadamente, 63% dos alunos brasileiros demonstravam confiança em suas habilidades de gerir o dinheiro, enquanto essa média foi de 80% entre os estudantes da OCDE. É importante ressaltar que os alunos que se sentiam seguros e confiantes, em sua capacidade de lidar com o dinheiro, obtiveram um desempenho superior de 15 pontos na avaliação sobre questões financeiras em relação àqueles que não tinham essa autoconfiança

3. Considerações finais

O atual estudo propôs trazer um debate sobre a importância da educação financeira no âmbito escolar, e ressalta a grande contribuição dessa disciplina ser trabalhada já na faixa etária escolar. Atualmente, com advento da internet (vários aplicativos financeiros), os jovens já demonstram interesse por esta área, quando no passado recente, essa discussão só seria possível no ensino superior.

Nesse sentido, o PISA é uma avaliação que oferece métricas que possibilitam compreender qual o estágio de capacidade e habilidades, nas questões financeira, que os jovens estão inseridos. Observa-se que o desempenho geral na área de finanças dos jovens brasileiros ainda está muito frágil frente a comparação com os jovens dos países e economias da OCDE. Não é possível identificar uma trajetória ascendente contínua, embora um pouco melhor da observada no primeiro ano de avaliação, 2015. Nesse ano, mais da metade dos

[14]No Brasil, jovens de 15 anos podem ter conta poupança, conta corrente e possuir cartão de pagamento. Crianças menores de 16 anos devem ser assistidas por seu responsável legal para abrir qualquer tipo de conta, mas podem manter e operar sua conta de forma independente, uma vez aberta. Além disso, no Brasil, jovens de 15 anos podem usar cartões pré-pagos, ou seja, cartões de pagamento pré-carregados com uma quantia específica de dinheiro, em vez de vinculados a uma conta, e um cartão de crédito pode ser emitido para um titular de conta abaixo a idade de 16 anos. (tradução livre)

alunos estavam situados no nível mais sofrível de proficiência financeira, e já no ano de 2022 (a última avaliação), os dados demonstraram uma pequena melhora, da ordem de 23 pontos em média.

Além disso, há diferenças na exposição de meninos e meninas a decisões financeiras, assim como notáveis disparidades no conhecimento financeiro entre estudantes de diferentes classes sociais, o que já por si só indica uma desigualdade educacional estruturante no país, mesmo olhando somente sob a ótica do letramento financeiro. Portanto, há oportunidades para aprimorar a educação financeira entre os jovens, identificando aqueles que estão interessados e dispostos a se aprofundar no assunto, e o ambiente escolar se apresenta como importante ator nessa busca de conhecimento. Pois, na última avaliação, 51% dos estudantes avaliados demonstraram interesse por aumentar seus conhecimentos a respeito do tema.

Nesse sentido, é evidente que a educação financeira, precisa ser estimulada nas salas de aula, seja por meio de "jogos" ou mesmo, através de uma metodologia mais conservadora (exposição teórica em sala de aula). No entanto, quando mais jovem for a faixa etária, mais estímulo receberá, caso a abordagem seja por meio de jogos e desafios diários, além de contribuir para conhecimento dos termos de finanças (dinheiro, juros etc.), também ajuda a melhorar a concentração e acelerar o raciocínio.

Um passo fundamental que se deve ter é uma análise mais de longo prazo para que se possa examinar os efeitos positivos – comportamentos e hábitos financeiros – a partir da integração dessa disciplina na rotina escolar desses jovens. A análise periódica passa a ser um mecanismo de avaliação que todos que estão inseridos nessa realidade, alunos e professores, conseguem alçar ganhos contínuos que levarão para a vida adulta. Pois, a sociedade atual demanda um aprofundamento no entendimento por parte das pessoas sobre suas preferências e decisões que influenciam as finanças pessoais, bem como o impacto que essas escolhas têm no seu futuro.

Agradecimentos A autora Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa agradece ao apoio da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) ao projeto de capacitação. O autor Paulo Rogério Faustino Matos agradece ao suporte financeiro do Cnpq.

Conflito de interesse Os autores declaram não haver conflito de interesse.

Inteligência Artificial Esta pesquisa não utilizou ferramentas de inteligência artificial (IA).

Referências

Andújar Nagore, I. (2022). Educación financiera en píldoras: Jeroglíficos financieros y posts en el Portal del Cliente Bancario, *Tecnología, Ciencia y Educación*, *21*, 81–114.

Atkinson, A. e Messy, F.-A. (2012). Measuring financial literacy: Results of the OECD / International Network on Financial Education (INFE) pilot study, *Technical Report 15*, OECD Publishing.

Bruhn, M., Garber, G., Koyama, S. e Zia, B. (2022). The long-term impact of high school financial education: Evidence from Brazil, *Technical Report 10131*, World Bank.

Bruhn, M., Ibarra, G. L. e McKenzie, D. (2014). The minimal impact of a large-scale financial education program in Mexico City, *Journal of Development Economics*, *108*, 184–189.

Bruhn, M., Leão, L. S., Legovini, A., Marchetti, R. e Zia, B. (2013). The impact of high school financial education: Experimental evidence from Brazil, *Policy Research Working Paper 6723*, World Bank.

Bruhn, M., Leão, L. S., Legovini, A., Marchetti, R. e Zia, B. (2016). The impact of high school financial education: Evidence from a large-scale evaluation in Brazil, *American Economic Journal: Applied Economics*, *8*(4), 256–295.

Chiavenato, D., Madeira, R. e Vaccaro, V. (2023). Multidimensional impacts of financial education in schools: Experimental evidence from Brazil, *45º Encontro da Sociedade Brasileira De Econometria (SBE)*, pp. 1–34.

Cordeiro, N. J. N., Costa, M. G. V. e Da Silva, M. N. (2018). Educação financeira no Brasil: Uma perspectiva panorâmica, *Ensino da Matemática em Debate*, *5*(1), 69–84.

de Moraes, F. A. e Freitas, C. C. G. (2021). Curso de educação financeira escolar: Produto educacional para a formação de professores, *EM TEIA – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana*, *12*(2).

Dorea, F. F., Silva, M. C. e Baptista, J. A. A. (2018). The importance of financial education for the individual in Brazil, *South American Development Society Journal*, *4*(12).

Duckworth, A. L., Quinn, P. D. e Tsukayama, E. (2012). What no child left behind leaves behind: The roles of IQ and self-control in predicting standardized achievement test scores and report card grades, *Journal of Educational Psychology*, *104*(2), 439–451.

ENEF (2010). Estratégia Nacional de Educação Financeira, *Relatório técnico*, Banco Central do Brasil.

Ferreira, H. C. B. (2009). *A insustentável leveza do ter: Consumismo como externalidade negativa no Brasil pós-abertura comercial (1990-2008)*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Kaiser, T. e Menkhoff, L. (2020). Financial education in schools: A meta-analysis of experimental studies, *Economics of Education Review*, *78*, 101930.

Lusardi, A. e Mitchell, O. S. (2011). Financial literacy around the world: An overview, *Technical Report 17107*, National Bureau of Economic Research.

Meier, S. e Sprenger, C. D. (2008). Discounting financial literacy: Time preferences and participation in financial education programs, *Technical Report 3507*, Institute for the Study of Labor (IZA).

Menin, A. A. (2019). *A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento: Um estudo com discentes do curso de Ciências Contábeis da URI campus de Erechim*, Dissertação de Mestrado, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Erechim.

Mundy, S. (2008). Financial education programmes in schools: Analysis of selected current programmes and literature draft recommendations for best practices, *OECD Journal: General Papers*, *2008*(3), 53–127.

Muniz Jr., I. (2024). Literacia financeira e letramento matemático para a formação econômica e financeira na educação básica por meio de ambientes de educação financeira escolar, *Revista Educação Matemática em Foco*, *12*(1).

Negri, A. L. L. (2010). *Educação financeira para o Ensino Médio da rede pública: Uma proposta inovadora*, Dissertação de Mestrado, Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL), Americana.

OCDE (2005). *Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies*, Organisation for Economic Co-operation and Development – OECD Publishing.

OCDE (2013). *PISA 2012 Assessment and Analytical Framework: Mathematics, Reading, Science, Problem Solving and Financial Literacy*, PISA, Organisation for Economic Co-operation and Development – OECD Publishing, Paris.

OCDE (2017). PISA 2015 results (volume iv): Students' financial literacy, *Technical report*, Organisation for Economic Co-operation and Development – OECD Publishing.

OCDE (2024). PISA 2022 results (volume iv) - factsheets: Brazil, *Technical report*, Organisation for Economic Co-operation and Development – OECD Publishing.

Oliveira, A. d. A. (2017). *Educação financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental: Como tem ocorrido na sala de aula?*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife.

Pereira, F. B., Cavalcante, A. e Crocco, M. (2023). A post-Keynesian critique on mainstream financial education, *Brazilian Keynesian Review*, *9*(2), 179–207.

Potrich, A. C. G., Vieira, K. M. e Kirch, G. (2015). Determinantes da alfabetização financeira: Análise da influência de variáveis socioeconômicas e demográficas, *Revista Contabilidade e Finanças*, *26*(69), 362–377.

Quintanilha, R. M., Lozano, A. R. G., Rodrigues, C. K. e Kistemann Jr., M. A. (2019). A educação financeira no Ensino Médio em uma escola em São João de Meriti (RJ), *Revemop*, *1*(2), 266–284.

Ramalho, T. B. e Forte, D. (2019). Financial literacy in Brazil – Do knowledge and self-confidence relate with behavior?, *RAUSP Management Journal*, *54*(1), 77–95.

Ribeiro, C. T. (2020). Agenda em políticas públicas: A estratégia de educação financeira no Brasil à luz do modelo de múltiplos fluxos, *Cadernos EBAPE.BR*, *18*(3), 580–592.

Santos, K. L. (2014). Uma nova pobreza urbana? A financeirização do consumo na periferia de São Paulo, *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, *16*(1), 153–167.

Savoia, J. R. F., Saito, A. T. e Santana, F. d. A. (2007). Paradigmas da educação financeira no Brasil, *Revista de Administração Pública*, *41*(6), 1121–1141.

Silva, A. M. d. e Powell, A. B. (2015). Educação financeira na escola: A perspectiva da organização para cooperação e desenvolvimento econômico, *Boletim GEPEM*, *66*, 3–19.

Sá, I. P. (2012). *A Educação Matemática Crítica e a Matemática Financeira na Formação de Professores*, Tese de Doutorado, Universidade Bandeirante de São Paulo, São Paulo.

Worthington, A. C. (2013). Financial literacy and financial literacy programmes in Australia, *Journal of Financial Services Marketing*, *18*, 227–240.